



SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Edifício Gerais - 3º andar - Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31630-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.planejamento.mg.gov.br

CONTRATO Nº 9181569 /2018

Processo nº 1500.01.0000494/2017-09

CONTRATO Nº 9181569 /2018 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E A EMPRESA RODRIGO E EDNA TOSTES AR-CONDICIONADO LTDA "EM RECUPERAÇÃO"

O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG**, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Edifício Gerais, 3º andar, Bairro Serra Verde, CEP: 31.360-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.461.142/0001-70, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada legalmente pela Sra. GRASIELLE DE OLIVEIRA ESPÓSITO, Carteira de Identidade nº MG 11.578.686, CPF nº. 076.606.896-06, Resolução de Competência nº 21/2018 e a empresa **RODRIGO E EDNA TOSTES AR-CONDICIONADO LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.505.477/0001-21, com sede à Rua Amazonas, nº 28, bairro Roxo Verde, Montes Claros/MG, CEP nº 39.400-534, neste ato representada pela Sra. EDNA MARIA SOUZA TOSTES, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº MG 13.649.947 – SSP/MG e do CPF nº 357.788.811-34, ora denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente contrato, nos termos da Lei 8.666/93, dos Decretos Estaduais/MG nº 45.035/2009, 45.018/2009 e 45.902/2012 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva com fornecimento de peças e insumos necessários para a manutenção de balcões refrigerados, geladeiras, refrigeradores, frigobares e freezer, de acordo com as especificações e detalhamentos do ANEXO I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1501558000096/2017 que, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Item	Descrição do Item de Serviço	Unidade de Fornecimento	Quantitativo	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
------	------------------------------	-------------------------	--------------	-----------------------------	-------------------------

1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO.	MENSAL	12	6.533,12	78.397,44
			Quantitativo	Valor unitário Hora/homem	Valor Total Hora/homem
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E REPAROS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS EM EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO	HOMEM/HORA	1.032	22,99	23.735,36
VALOR ANUAL RESERVADO PARA PEÇAS (R\$)					81.877,20
VALOR TOTAL DO CONTRATO (R\$)					184.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Anexo I do Edital, após recebimento de Ordem de Serviço ou Nota de Empenho.

II – O recebimento do objeto, pelo **CONTRATANTE**, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Anexo I do Edital, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela **CONTRATADA**;

b) **definitivamente**, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Anexo I do Edital e consequente aceitação, observado o disposto no art. 10 do Decreto nº. 37.924/96.

III – Havendo necessidade de correção por parte da **CONTRATADA**, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerada a execução do objeto em atraso. Fica a **CONTRATADA** sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, no prazo máximo de 30 (Trinta) dias úteis, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada, mediante crédito em conta corrente no domicílio bancário da **CONTRATADA**. Entende-se por domicílio bancário a identificação do Banco, Agência e Conta Corrente a creditar, que deverá ser preferencialmente no Banco do Brasil ou Banco Itaú, devendo estas informações constar na nota fiscal/fatura.

I - Para efeito de pagamento, a **CONTRATADA** encaminhará à **CONTRATANTE**, após cada parcela de execução do objeto a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, se houver.

II - A Administração receberá o DANFE juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo “visualizador”, desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional da NF-e.

III - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

IV - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pela **CONTRATANTE**.

§ 1º A **CONTRATADA** deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

§ 2º Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s), e daquelas que vierem a substituí-las:

1502 04 122 186 1 107 001 33 90 39 21 1 10 1

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

O objeto indicado na Cláusula Segunda é garantido pelo período mínimo de 03 (três) meses, nas condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

§ 1º Durante o prazo de garantia, a **CONTRATADA** obriga-se a reparar as falhas às suas expensas, desde que não sejam decorrentes de desgaste natural ou utilização indevida.

I- É de responsabilidade da **CONTRATADA** o ônus da prova da origem das falhas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

1. Fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado;
2. Assegurar ao pessoal da **CONTRATADA** o livre acesso às instalações para a plena execução do objeto;
3. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando prazo para regularização, sob pena sanções legais cabíveis;
4. Efetuar o pagamento no prazo fixado neste Termo de Referência.
5. Fornecer canal de comunicação, possibilitando que os usuários gerem demandas, às quais a **CONTRATADA** deverá atender, conforme prazos estipulados, de acordo com o tipo de ocorrência, definidos no item “Do Pagamento”.

§ 2º - DA CONTRATADA

1. Realizar a manutenção preventiva e corretiva no complexo Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, nos Prédios e andares onde se encontrarem os equipamentos, objeto deste Termo de Referência, não sendo permitida a prestação de serviço em local diverso do indicado pela **CONTRATADA**, tampouco a retirada dos equipamentos dos locais em que se encontrem. Situações excepcionais serão analisadas, pontualmente, pela **CONTRATANTE**;
2. Responsabilizar-se por todos os itens, peças, materiais, equipamentos, insumos e mão de obra necessários para a manutenção, assim como o deslocamento até o endereço indicado pela **CONTRATANTE** para a realização do serviço, inclusive transporte de pessoal, transporte de peças, ferramentas, insumos etc;
3. Restituir a administração pública em caso de dano, extravio, perda ou roubo do equipamento por outro similar ou superior e entregar Nota Fiscal;
4. Entregar cronograma e check-lists das manutenções preventivas em até 20 dias após o

recebimento da Autorização da Ordem de Serviço para aprovação da **CONTRATANTE**;

5. Entregar relatório técnico constando o serviço realizado após cada manutenção corretiva juntamente com toda a documentação necessária;
6. Arcar com todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço do objeto deste termo;
7. Dar garantia aos equipamentos que passarem por manutenção corretiva por no mínimo 03 (três) meses, contados a partir da emissão da nota fiscal;
8. Mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;
9. Cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
10. Comunicar a **CONTRATADA** por escrito sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
11. Fornecer todas as informações solicitadas pela Contratante no prazo determinado;
12. Manter a identificação individual do (s) profissional (is) que realizarem as instalações e manutenções na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, responsabilizando-se pelos atos dos mesmos;
13. Manter os dados cadastrais atualizados junto à **CONTRATANTE**;
14. Arcar com eventuais prejuízos causados à **CONTRATANTE** e/ou terceiros, provocados por ação de seus representantes e demais envolvidos na execução do objeto;
15. Cumprir rigorosamente as exigências legais, assumindo todas as obrigações e encargos inerentes ao objeto desta licitação, respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas;
16. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
17. Disponibilizar, no mínimo um responsável técnico, registrado no órgão competente, a quem competirá a supervisão e fiscalização dos trabalhos efetuados.
18. Disponibilizar todos os equipamentos, materiais, peças, instrumentos, insumos e ferramentas necessárias na execução do contrato, em conformidade com as normas e orientações constantes nos manuais dos fabricantes e/ou outros documentos editados posteriormente.
19. Observar as normas técnicas da ABNT, com as prescrições do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO ou outras normas similares, ficando integralmente responsável pelo uso, manutenção e conservação dos mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pela **CONTRATANTE**:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto não executado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos no Decreto Estadual nº. 45902, de 27

de janeiro de 2012;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso II do art. 54 do Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I - não atendimento às especificações técnicas relativas ao objeto previsto em contrato ou instrumento equivalente;

II - retardamento imotivado de execução do objeto ou de suas parcelas;

III - paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

IV - entrega de objeto falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso, como se verdadeiro ou perfeito fosse;

V - alteração de substância, qualidade ou quantidade do objeto entregue;

VI - execução do objeto que não atenda às qualidades especificadas no Edital;

§ 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§ 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATADA**.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45902, de 27 de janeiro de 2012.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente da **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá zelar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no Anexo I do Edital, na proposta da **CONTRATADA** e neste instrumento.

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a **CONTRATADA**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial de Imprensa de Minas Gerais, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

O contrato será reajustado monetariamente com base no IPCA, observando o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do envio da proposta, conforme disposto na Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 8.898/ 2013 e nos arts. 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93.

O reajuste será devido somente se pleiteado pela **CONTRATADA** e mediante aprovação da **CONTRATANTE**, sendo calculado nos termos da resolução conjunta SEPLAG/SEF Nº 8898 de 14 de junho de 2013, ou outra norma que a venha substituir.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A rescisão do Contrato poderá ser, de acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada lei;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato, se houver, e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

§3º - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

§4º - As partes entregarão, no momento da rescisão, a documentação e o material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

§5º - No procedimento que visar à rescisão do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a **CONTRATANTE** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

§6º - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da **CONTRATADA** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente a execução do objeto deste prego.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos

pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, e na Lei nº 8.666, de 1993, aplicada subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas nacionais e estaduais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente instrumento, no órgão oficial de imprensa de Minas Gerais, correrá a expensas da **CONTRATANTE**, nos termos da Lei Federal 8.666/93 de 21/06/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Grasielle de Oliveira Esposito

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG

Edna Maria souza Tostes

Rodrigo e Edna Tostes AR - Condicionado Ltda



Documento assinado eletronicamente por **Edna Maria Souza Tostes, Representante Legal**, em 03/04/2018, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Grasielle Oliveira Esposito, Ordenador(a) de Despesa**, em 03/04/2018, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0487659** e o código CRC **D2FCE61E**.